

# Homens de Ferro e Mulheres de Aço: A Resistência Negra nos Livros Didáticos de História

## *Iron Men and Women of Steel: The Resistance in Black History Textbooks*

---

**André Luís Souza de Carvalho**

Instituição: Universidade do Estado da Bahia  
– UNEB. Programa de Pós-Graduação em  
Educação e Contemporaneidade.  
E-mail: carvalhoals@yahoo.com.br

### Teorizando a Resistência Negra

O artigo, no primeiro momento apresentará as idéias de Clifford Geertz sobre a interpretação cultural, com a intenção de fundamentar a idéia de resistência negra como algo inerente à cultura criada durante a escravidão, o que também pode ser encontrado nas reflexões dos antropólogos Sidney Mintz e Richard Price; e dos historiadores Flávio Gomes e João Reis, que afirmam a existência nas Américas de evidências sobre variadas formas de protesto e de enfretamento por parte dos escravizados. Além disto, em um terceiro momento, proporemos que tais idéias estejam presentes nos livros didáticos de História, partindo da legitimação da ação social do livro didático de História, como importante ferramenta pedagógica na construção de uma identidade étnico-racial e no fortalecimento da auto-estima.

Os estudos em busca de um conceito da cultura são prerrogativas no campo das ciências humanas. Contudo, a antropologia tem a sua gênese no âmbito da sua criação. Os estudiosos dessa seara construíram uma série de idéias classificadas como fundamentais, para a construção de um sistema de análise abrangente, para a compreensão do ser humano, a partir da interpretação das suas ações<sup>1</sup>.

Essas idéias contribuíram com a construção de conceitos, que mesmo não explicando tudo, todos os aspectos da vida de distintas sociedades, representam

---

<sup>1</sup> GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

um arsenal intelectual responsável por buscar novas idéias, para a compreensão de novos problemas relacionados a tudo que é humano. O arcabouço intelectual construído por essas idéias seminais, vão definir conceitos explicativos para os eventos produzidos pelo homem. Sendo assim, conceitos são utilizados para a criação de novos conceitos, que visam responder a novas questões impostas pela humanidade. Logo, o significado da resistência negra deve ser compreendido a partir da desconstrução de concepções estáticas e polarizadas, dando ênfase a reelaborações e reinvenções. O olhar deve ser deslocado para o cotidiano, tensões, conflitos, sociabilidades, protestos, lutas e relações sociais complexas que envolveram senhores e escravizados, para não cairmos em um entendimento genérico sobre o significado da cultura de resistência<sup>2</sup>.

Segundo Geertz (2008), o homem está preso a significados que ele mesmo cria, a partir da realidade vivida. As experiências humanas são geradoras de cultura, e cada uma em particular é escopo para a compreensão da cultura com base em uma ciência interpretativa, à procura de significados que possam nos fazer compreender melhor os distintos modos de vida, sobretudo em tempo e espaço diferentes. Assim como a antropologia, a disciplina história também vêm evoluindo suas interpretações com o tempo e o espaço.

Segundo Gomes, a partir dos anos 1960 e 70 a historiografia passa a contestar as visões sobre o cativo no Brasil ter sido definido como “brando”. As novas interpretações destacam o protesto e passam a desmistificar as idéias de passividade e submissão por parte dos escravizados. Essa historiografia focalizou a denominada rebeldia. Valendo-se da antropologia podemos compreender como os grupos humanos definem os seus códigos sociais a partir da observação das ações humanas, pois as mesmas são partículas de comportamento de uma determinada cultura. A compreensão dessa cultura perpassa pelo conhecimento desses códigos, para a identificação do que lhe é particular. As especificidades culturais são corpus de análise na construção de conhecimento sobre determinada sociedade.

Geertz (2008) ainda afirma que a ciência antropológica, valendo-se da etnografia, interpreta muito mais do que observa, mesmo porque são interpretações de outras interpretações. Quando olhamos uma determinada socieda-

---

<sup>2</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 2006. pp 12-13.

de, enxergamos as suas idéias sobre dadas coisas, a sua forma particular de se relacionar com o mundo. Precisamos entender os seus códigos estabelecidos, para podermos compreender suas estruturas e significados que estabelecem os contratos sociais que regem as dinâmicas de convívio em sociedade.

Apesar de não vivenciarmos mais o período da escravidão, podemos procurar compreendê-lo. Analisando um conjunto vasto de fontes encontramos relevantes informações sobre as dinâmicas e transformações da mesma. No que se refere às ações de enfretamento, a introdução do livro *Histórias de Quilombolas*, discute e apresenta a evolução da historiografia brasileira sobre o tema. Apontando, como a partir da década de 1960, os estudos historiográficos passaram a desconstruir a generalização de que a resistência e rebeldia escravas eram exclusivas às fugas coletivas, insurreições e formação de quilombos.

Trago a resistência negra contra a escravidão, buscando destacar o repertório elaborado, reinventado e ressignificado pelos escravizados na construção das suas visões de liberdade e na reinvenção de estratégias contra a opressão. Trarei no segundo tópico autores que trabalham os significados culturais e políticos a respeito das visões de liberdade.

Segundo Reis, onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Essa é uma possibilidade interpretativa para a história do negro, direcionou o olhar dos historiadores para os aspectos simbólicos e rituais da vida em sociedade, pautados em pesquisa documental com base na descoberta e análise de fontes manuscritas e orais, que ampliam as várias possibilidades interpretativas sobre a história da resistência negra e da liberdade no Brasil<sup>3</sup>.

Tentando ouvir o silêncio, procurar o que se esconde nas entrelinhas e nos pequenos indícios, o que está por trás das intenções dos “escritas”, os estudos da rebeldia negra são revelados. O ajuntamento de escravizados fugidos foi pioneiro nos estudos da resistência. E esses estudos foram realizados em toda a América, revelando os palanques e cumbes, na espanhola; os maroons nas colônias inglesas; os grand marronage nas francesas e os quilombos e mocambos no Brasil, além dos saramakas no Suriname. Os estudos culturalistas iniciados por Nina Rodrigues e nas décadas de 1930 e 40 refletidos nas pesquisas de Artur Ramos e Edson Carneiro sobre os aquilombados deram evidência a história

---

<sup>3</sup> REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos. Introdução: Uma história da liberdade. IN: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, pp 9-15.

do negro no Brasil. Clóvis Moura e outros posteriores pesquisadores também direcionaram suas atenções para a resistência negra, contudo narraram uma história de quilombos marginalizados e isolados, cujo fracasso na empreitada de destruição da sociedade escravista era justificado por não terem os rebeldes alcançado o nível de consciência de classe necessário, o que aproxima as interpretações dos pesquisadores após a década de 1960 à “escola paulista”, tendo como principal representante Florestan Fernandes com uma interpretação marxista para a história do negro no Brasil, mas nos ajudando compreender, por exemplo, que a criação do capitão-do-mato é produto do medo senhorial da rebeldia escrava<sup>4</sup>.

Mintz e Price contribuem para a compreensão da história do negro nas Américas e nos faz refletir sobre a história dos negros no Brasil. Ambos ajudam a desconstruir a idéia de polarização de duas culturas, a dos africanos e a dos europeus, discutindo e analisando a heterogeneidade dos africanos transplantados para as Américas, devido a inexistência de uma unidade cultural na África Ocidental e Central. Tal heterogeneidade foi superada pelas interações culturais estabelecidas pelas diversas sociedades africanas, que criaram e recriaram novas instituições para atender a seus objetivos cotidianos, como o culto religioso, os matrimônios e estabelecimento de amizades, o que nos ajuda a desconstruir a idéia do “escravo-coisa”, e fortalecer a idéia de resistência negra como algo que iniciava antes dos escravizados chegarem a bordo<sup>5</sup>.

Quilombos e mocambos são exemplos de movimentos sociais, assim como, outros tipos de resistência. Esta poderia ter início com apenas um indivíduo, mas este, imerso em uma complexa rede social, interagia com um grande número de pessoas. Logo, proponho pensarmos que a produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil, ao revelar diversas formas de resistência negra, apontam o seu caráter social. O artigo trará exemplos de resistência negra como movimentos sociais, tendo como recorte o século XIX.

No terceiro momento do texto ao discutir a função social do livro didático de História considero a possibilidade de pensarmos numa forma de construção do livro com a narrativa da resistência negra. Pensar a resistência no período

---

<sup>4</sup> Idem, pp 10-13.

<sup>5</sup> MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva anropológica. Rio de Janeiro, Pallas: Universidade Candido Mendes 2003, pp26-43.

escravista é empreitar uma história mais próxima da realidade. Imaginemos que entre uma golada e outra de mingau, comprado nas mãos de uma quitandeira, conspirações foram articuladas durante o dia e em baixo das janelas dos senhores. Assim, como na hora do almoço, ou a cada “bolo” de angu, nas casas de zungu. Esses e outros exemplos foram importantes para aumentar o repertório de engenhosidades para resistir. Como resposta a reprodução das desigualdades e do racismo na escola, proponho outra interpretação da história do negro no Brasil, onde o mesmo esteja resistindo cotidianamente das mais variadas formas, pensando que a mesma pode agir como referencial positivo na identificação da criança negra com a escola.

## Movimentos Sociais Negros

Todo indivíduo acuado reage. Assim, uma interpretação possível para se compreender a vida dos escravizados é feita a partir da ótica da resistência. Pensar que durante a escravidão os indivíduos sujeitos à mesma não resistiam é um equívoco. Mesmo que não utilizando necessariamente da violência, desenvolveram um repertório, sobretudo mental, para diminuir seus impactos. A resistência ocorria de forma cotidiana e era reconstruída com o tempo.

Compreendemos que o indivíduo que “optava” por viver cativo até juntar o pecúlio para a compra de sua alforria não era menos insurgente do que aquele que fugia. Diversos fatores ditavam as regras para a construção da liberdade como, por exemplo, no caso daqueles que conseguiam constituir família, visto que para muitos a fuga não poderia ser feita com crianças, pois seria comprometida. Mesmo assim, as fugas representavam um dos mais corriqueiros atos de resistir. Desde o século XVI quando chegaram os primeiros africanos, até o 13 de maio de 1888. Sendo nas zonas rurais ou espaços urbanos, os fugitivos reforçam a idéia de que os indivíduos acuados pela escravidão construíram uma cultura de resistência.

Alguns fugiam pelo mar, como nas fugas atlânticas. No Rio de Janeiro, antes da construção da Casa de Detenção, os detentos eram encarcerados em galés como a Presinganga<sup>6</sup>. Nestes espaços, os detidos construíram laços de

---

<sup>6</sup> SOARES, Carlos Eugênio Libano. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas; SP Editora UNICAMP, 2004. p 97.

cumplicidade, na intenção de diminuir os efeitos do cativo. Reclamavam juridicamente – quando possível – uma melhor condição de vida, como após a Lei de 28 de setembro de 1871, que assegurava a compra da sua alforria<sup>7</sup>.

Ubiratan Castro, através de contos revela as singulares histórias da escravidão. Em *Conta de Somar*<sup>8</sup>, tio Satu, um cativo que teve seu pecúlio “roubado” pelo senhor, utilizou da inteligência e da fuga para reverter a situação. Fazendo-se passar por boçal, convence o senhor a colocar o dinheiro de volta no local retirado. Satu no final acaba livre e o senhor se torna um enfermo após a humilhação.

Muitas fugas eram incentivadas pelos sedutores. Eram temidos pela elite escravista por inflamarem os cativos a fugir e se insurgir. Foi preso na Corte um haitiano acusado de tal crime. Desde então aumentaram os casos de suspeição que haviam chamado a atenção das autoridades a partir de 1835<sup>9</sup>. O medo causado pelos haitianos começou com a Revolução de São Domingos. Liderados por Toussaint<sup>10</sup>. Em 1804, não apenas eram os primeiros da América a alcançar a independência, mas a por fim à escravidão, tornando-se exemplo para os demais escravizados das Américas e responsáveis por criar um sentimento de insegurança nas elites escravistas– haitianismo -, medo da repercussão em outras colônias.

O temor das insurreições, e do cotidiano politizado das ruas, com os quilombos suburbanos e as revoltas atemorizavam as autoridades e a população. O medo provocou a discussão ministerial para se tomar medidas de prevenção para os problemas das cidades negras. Segundo a historiografia sobre a escravidão urbana no Brasil, podemos chamar as cidades coloniais atlânticas de territórios ou cidades negras, devido à concentração da população negra nesses espaços<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis: historiador. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

<sup>8</sup> ARAÚJO, Ubiratan Castro. *Sete Histórias de Negros*. Salvador, EDUFBA, 2007.

<sup>9</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p 142.

<sup>10</sup> JAMES, C.L.R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo, Boitempo, 2007.

<sup>11</sup> Chalhoub ressalta a importância de compreender a formação das cidades negras e a sua luta contra a escravidão. Estas cidades existiam em toda a América, sendo estudado no sul dos Estados Unidos por Wade. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p186.

No Brasil, as principais eram: Salvador, Rio de Janeiro, Recife, São Luís e Porto Alegre. A idéia de que as principais capitais do Brasil podem ser considerados territórios negros é defendida no livro *Cidades Negras*. A obra possibilita a visualização de diversos mecanismos construídos pelos escravizados e utilizados para resistir de forma cotidiana, elaborando estratégias para driblar ou diminuir os impactos da escravidão.

É relevante destacar que durante a primeira metade do século XIX, aproximadamente 67% dos escravizados eram de origem africana. A predominância de africanos influenciava significativamente no processo de reinvenção cotidiana de identidades; africanos e crioulos viviam um processo de “africanização” alimentado pelo grande impulso do tráfico atlântico nesse período. A metamorfose cultural originada desse processo contribuiu com a construção de um vasto repertório de resistência contra a escravidão e de preservação cultural.

Historiadores analisando um amplo conjunto de fontes sobre escravidão urbana no Brasil, destacam os jornais como uma importante fonte de conhecimento da resistência negra. Diversos jornais impressos no país destacam as artimanhas criadas pelos escravizados para se verem livres da condição imposta. Em Porto Alegre, os anúncios de fugas podem ser encontrados nos jornais: *O Amigo do Homem e da Pátria* (1829-1830), *O Anunciante* (1835), *O Imparcial* (1844-1849), etc. No Maranhão, em São Luís são: *Argos da Lei* (1825), *Minerva* (1828), *O Brasileiro* (1832), etc. Esses e outros jornais podem ser encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

No Rio de Janeiro, pesquisas indicam que entre 1809 e 1821 foram publicados 309 anúncios com 337 fugitivos. Sobre as seduções e os quilombos urbanos as informações podem ser encontradas nos jornais *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio*, além da documentação depositada no Arquivo Nacional sobre a Polícia da Corte. Sobre as fugas atlânticas as informações estão no Arquivo do Arsenal da Marinha. Outra relevante fonte é o acervo de arquivos de instituições como a Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Em Salvador é vasto o número de fontes sobre a escravidão e os percalços da vida dos escravizados. O historiador João Reis, em *Rebelião Escrava no Brasil*, analisa a maior revolta escrava urbana das Américas, além de ampliar o olhar do leitor para o cotidiano de resistência e repressão nas primeiras décadas

do século XIX. Por exemplo, sobre o Quilombo do Urubu, revela importantes informações, como a presença de uma mulher na liderança, Zeferina. O estudo sobre os malês e as suas motivações para a revolta conduz as análises para a compreensão da complexa história do islã na África e de alguns conflitos africanos, que são importantes na compreensão dos laços de solidariedade estabelecidos no Brasil<sup>12</sup>.

Nas cidades, as fugas eram uma resistência constante, e implicavam uma ação política quando necessário fugir e se proteger, o que demonstra o quanto estes indivíduos eram peritos em redefinir significados do cativo e da liberdade. Segundo os jornais citados nas recentes produções historiográficas sobre a escravidão, a maioria dos fugitivos noticiados eram homens e africanos. Com a leitura do livro *Cidades Negras*, encontramos uma proposição para tal realidade. Possivelmente havia uma dificuldade maior em capturar mulheres fugidas, pois talvez elas tivessem um maior número de estratégias para permanecerem ocultas. E a respeito da maior quantidade de africanos, os mesmos representavam uma maior parcela da escravaria, sobretudo pelo constante desembarque devido ao tráfico.

A resistência a partir das fugas começava na infância. No livro citado acima, os autores indicam que o ato de fugir podia começar aos 10 anos. Outra especificidade é a necessidade de considerarmos a profissão/ocupação dos cativos nos índices de fugas. Há um grande número de indivíduos com ocupações especializadas, como: carpinteiros, pedreiros, ferreiros, barqueiros, sapateiros e alfaiates. Isso nos leva a considerar a maior possibilidade que tais indivíduos teriam de reconstruírem suas vidas em regiões distantes dos seus antigos senhores, pois ter domínio de algum ofício que os permitissem transitar e achar um local para exercer sua profissão era mais um elemento que garantia uma fuga bem sucedida.

Em *Cidades Negras* é dito que no momento da fuga, entre os artificios utilizados pelos escravizados estava inculcar-se como liberto ou forro, trocar de roupa após a fuga, mudar de nome ou buscar proteção ou ocupação na propriedade de outro senhor. Por exemplo, João, africano libolo foi denunciado

---

<sup>12</sup> Segundo Reis, as transações culturais seriam um imperativo na sobrevivência e indispensáveis para a construção da resistência pelos escravizados. O autor fala da “resistência cotidiana” criada, como a maestria dos crioulos na arte da dissimulação. REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p 310; p 323.

e ressaltado o fato de ser “muito ladino”. Crispiniano dos Santos costumava andar calçado para ocultar-se entre libertos e livres. As fugas também podiam ser as “costumeiras”, aquelas que tinham um retorno. Fato que também aponta a cultura de resistência como o desenvolvimento de um diálogo de negociação com os senhores, visto que, muitos anúncios só eram colocados nos jornais após um relativo tempo de fuga, o que poderia ocorrer depois de meses.

Os episódios em torno da cultura de resistência negra permitem revelar intrincadas redes de relações, que podiam ocultar por trás das fugas, espaços de sociabilidade reconstruídos, como aqueles propiciados a partir da sedução, que também era uma modalidade de fuga. Dentre os sedutores estavam os línguas, cativos que utilizavam seus conhecimentos de várias línguas para seduzir outros escravizados. Uma seduzida que conhecemos através dos jornais foi Catarina Cassange, levada para longe do relho senhorial.

Um dos destinos dos fugitivos eram os quilombos, tanto em áreas rurais como nas periferias das cidades. Em torno das cidades, em áreas limítrofes se formavam pequenos, grandes e itinerantes quilombos, sobretudo ao redor das principais capitais coloniais, como aqueles circunvizinhos à Corte, caso do Quilombo de Laranjeiras, considerado um grande acampamento de escravizados, ou do Quilombo do Urubu, na freguesia do Cabula, na periferia da Cidade da Bahia – como era chamada a cidade do Salvador.

No século XVIII próximo ao subúrbio de Itapuã, em Salvador, localizava-se o mocambo do Buraco do Tatu. Seus habitantes auxiliados pelos “negros da cidade”, negociavam suas mercadorias com os taberneiros. Mais próximo do centro da cidade estava localizado o Quilombo do Urubu – já citado, responsável por levantes em Salvador. Em Recife, no século XIX, o Quilombo do Catucá, liderado por Malunguinho, articulava-se com uma série de quilombos urbanos e escravizados que viviam do ganho nas cidades. Os escravizados também se escondiam em “casas de alcouce”, dentro da área urbana.

Um nicho particular entre os fugitivos era dos marinheiros, cujas experiências os diferenciavam das demais pessoas. Existia uma vasta teia de rotas de fugas e contatos que se lançavam pelas baías, rios e lagos das cidades negras. Durante os séculos XVII ao XIX foram relevantes os papéis históricos dos “homens do mar” e da “cultura marítima” na constituição das cidades negras atlânticas. Navios, conveses e portos eram espaços para a comunicação, gestação de

culturas étnicas, criação de linguagem e percepções políticas originais, local de surgimento de personagens e idéias transatlânticas. Espaço onde as informações vindas da África e de outras regiões da América serviam para alimentar os laços de solidariedade dos segmentos sociais considerados subalternos.

A resistência negra era interpretada pelas autoridades coloniais como um ato criminoso, por isso, são altos os números de prisões, sobretudo de africanos. As principais ocorrências eram as desordens e a capoeira, com 49,6%, seguida do furto com 14,3%, na cidade do Rio de Janeiro. Em Salvador, as desordens e furtos representavam 70% dos crimes registrados. Em São Luís, as “algazarras” feitas pelos negros eram à base da embriagues e da nudez. Esses e outros atos executados eram considerados como subversivos, uma ameaça à paz social.

Dentre essas formas de resistir a capoeira se destacava. Segundo o historiador Carlos Soares era o maior exemplo de reinvenção cultural urbana na diáspora. Os capoeiras eram considerados os mais temidos lutadores de rua e tiveram sua fama assegurada após a relevante participação na Guerra do Paraguai. No livro *Cidades Negras*, encontramos a afirmação de que a capoeira passou por uma metamorfose da africana para a crioula durante o século XIX à medida que o número de negros desembarcados da África diminuía.

Após a revolta Malê, a repressão aumentou significativamente contra os africanos islamizados. Uma série de deportações foram iniciadas como reflexo da repressão, não só os islâmicos, mas os africanos em geral passaram cada vez mais a serem temidos pelas autoridades governamentais e pelos senhores de escravos, sendo em grande número deportados para a África. Reis, em Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX, apresenta diversos registros de africanos deportados para a África por tomarem atitudes, que julgadas, eram vistas como ameaça à paz pública. Por exemplo, o autor afirma que mesmo Domingos não tendo aderido a um projeto de rebeldia coletiva, no caso de Sodré a sua religião foi um instrumento da resistência negra

Na obra citada são identificados meandros do período da escravidão e da resistência negra. Assim como Domingos Sodré, os escravizados tentavam superar barreiras legais, contornar engrenagens de dominação e negociar algum espaço de autonomia no cenário da escravidão, o que muitas vezes era pos-

sível quando entravam em ação a feitiçaria de resistência<sup>13</sup>. Através do feitiço, muitos africanos conseguiam viver com maior dignidade e às vezes com relativa autonomia, além de conquistarem adeptos para suas práticas.

Reis aponta como alguns cortiços urbanos eram chamados de quilombos e locais de resistência, como também de feitiçaria, sendo espaços de fomentação de movimentos sociais. Nesses espaços muitas vezes eram aprendidos o amansa senhor. Durante a escravidão os senhores muitas vezes eram alvo de drogas venenosas como o rosalgar, a erva-da-guiné ou de plantas como mulungu, responsáveis por alimentar o amansa senhor e a resistência escrava<sup>14</sup>.

A resistência ao domínio senhorial poderia ser estabelecida pela via do corpo mole, ou quando os escravizados se faziam passar por boçais. Os escravizados além de fugir, desobedeciam aos seus senhores, infringiam leis municipais, dentre outros atos de resistência. Como a construção das juntas de alforria, instituição de crédito criada e dedicada a emprestar dinheiro para libertar escravizados por filiação étnica<sup>15</sup>, com essa prática o número de indivíduos que conquistavam a efetiva liberdade era sempre crescente.

No variado leque criado pelos escravizados para resistir destaca-se a atuação dos zungus no processo de ressignificação dos espaços de domínio negro. Robert Slenes<sup>16</sup> aponta a origem da palavra zungu para o bakongo, que pode ser encontrado na região de Angola, a palavra possivelmente deriva do nzo: casa e do ungu: determinado tipo de comida popular entre os escravizados, nzo angu: casa de angu. Esses espaços serviam para estreitar os laços de solidariedade e para formação de redes de ajuda mútua entre micro comunidades africanas. Nos zungus as fronteiras étnicas eram relidas, interpretadas e modificadas com o objetivo de fortalecer a resistência que estes espaços simbolizavam.

Nos zungus o domínio não era apenas negro, mas feminino. As mulheres negras, apesar de representar número menor do que os homens durante todo o período escravista, predominavam nesses espaços. No Rio de Janeiro as prisões

---

<sup>13</sup> REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Baha do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p 149.

<sup>14</sup> Idem, pp 150, 152, 153.

<sup>15</sup> Idem p 205.

<sup>16</sup> Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. Carlos Eduardo Moreira...[et al.]. São Paulo, Alameda, 2006, p 84.

dentro dos zungus estavam equilibradas entre homens e mulheres, sendo de 52% para os primeiros e 48% entre elas. Dentro de um zungu foi presa uma quitandeira de 80 anos de nome Domingas, o que revela mais uma vez o papel das mulheres em cunharem espaços de reinvenções culturais e étnicas.

A historiadora Cecília Moreira Soares atesta o monopólio do comércio de alimentos pelas mulheres, esse fato deixava a cargo das mulheres uma relevante parcela do setor econômico durante o período escravista. A resistência via venda de alimentos dava uma maior mobilidade as mulheres na circulação dentro da cidade, representavam importante fonte de lucro para o acúmulo do pecúlio, e “comando” dos ambientes de junção de indivíduos libertos ou não, sendo esses espaços utilizados para articulação política e de sociabilidade, o que era uma das representações das quitandas. Os pontos discutidos pela autora se baseiam nos benefícios que o ganho representava na vida dessas mulheres<sup>17</sup>.

No cenário religioso os negros também criaram e ressignificaram espaços de resistir. As irmandades negras são relevantes exemplos de experiências da cultura de resistência. Nesses ambientes eram reinventados parentescos rituais e reconstruídas identidades. Os benguelas do sul de Angola e os jejes do Daomé congregavam-se na Irmandade do Rosário da Rua João Pereira, em Salvador, o que é um exemplo de aliança transétnicas. As irmandades perante as dificuldades tinham de resistir e negociar a liberdade de associarem-se de forma autônoma e de recriarem suas culturas. Dentro das irmandades tinham reis, duques, etc. Elas eram responsáveis pela compra da liberdade dos membros e de auxiliar em momentos de dificuldade, como na doença, fome, prisão, e sobretudo na hora da morte<sup>18</sup>.

O cenário construído pela escravidão exigiu um apurado trabalho mental de reação. Foram criados mecanismos para resistir e táticas para afrouxar o torniquete imposto por tal instituição. E cada atitude de luta para a conquista por maior autonomia deve ser relida, como exemplo da insurgência recriada a cada novo contexto, e como uma das faces dos movimentos sociais durante o século XIX.

---

<sup>17</sup> SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, n° 17 (1996), pp 62-71

<sup>18</sup> *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. Carlos Eduardo Moreira...[et al.]. São Paulo, Alameda, 2006, p 103.

## A Resistência Negra nos Livros Didáticos de História

Um dos temas mais recorrentes nas pesquisas historiográficas brasileiras, a escravidão, tem uma produção acadêmica relevante pela abundância de informações e devido à importância do tema. Contudo, para uma melhor compreensão deste campo de estudo é necessário aprofundar ainda mais os conhecimentos nessa direção. Sobretudo, quando percebemos a dimensão de se colocar aspectos relevantes da história do negro, como ferramenta pedagógica de construção e fortalecimento da auto-estima por parte dos educandos negros, como forma de contemplá-los pela escola, especialmente através do livro didático. O conhecimento da resistência construída durante a escravidão pode possibilitar aos professores/as a construção de um material didático que dê suporte às informações dos livros de História, quando estas são insuficientes, esvaziadas ou deturpadas.

As idéias construídas têm por objetivo revelar aspectos relevantes da história do negro, a partir da ótica da sua resistência, para aparelhar os professores/as comprometidos com uma educação étnico-racial. No entanto, também discutindo a função social do livro didático de história como ferramenta pedagógica que possa ser utilizada para o fortalecimento da auto-estima dos educandos, abordando a idéia de que os indivíduos coagidos pela escravidão resistiram.

Segundo Bittencourt, enquanto objeto cultural escolar, o livro didático é responsável por transmitir os conhecimentos ditos necessários. Neles estão selecionados os conteúdos considerados relevantes para os educandos. Contudo são veículos para a propagação de ideologias presentes no currículo. O que acaba por privilegiar, nos livros de história, uma narrativa que não conduz os alunos/as a se enxergarem positivamente nas páginas dos livros.

A narrativa que os autores constroem, é a partir da ótica do colonizador. Privilegia a idéia da dominação européia. Nas páginas dos livros são destacadas as diversas formas de dominação, não de sublevação; a idéia é que existiam dominadores e dominados, onde os últimos viviam passivamente a situação de subjugação. Tal idéia pode representar uma barreira para que os educandos negros fortaleçam sua auto-estima e também pode não permitir a negros e brancos reconhecerem a participação efetiva dos primeiros na construção da cultura do país. O negro ao só aparecer no eito, sofrendo, sendo maltratado,

pode conduzir os discentes a uma interpretação de que os negros não resistiram à escravidão.

O modelo de narrativa ainda reproduz a idéia de que durante a escravidão os únicos que resistiam eram os índios, não os africanos. Estes chegavam para trabalhar de forma compulsória sem criar mecanismos que os tirassem da situação de cativo. Eles também são retratados como “coisas”, seres sem vontade própria que tinham a única função de obedecer.

Nos livros, as imagens também acabam por corroborar com a repetição de estereótipos negativos que representam os cativos apanhando, ou trabalhando nos serviços mais pesados. As imagens geralmente reproduzem a forma como os estrangeiros ou parte da elite colonial ideologizavam o escravizado. Essas imagens colocadas nos livros não necessariamente são selecionadas pelos autores, mas por profissionais responsáveis exclusivamente pela ilustração, que na maioria das vezes não têm conhecimentos historiográficos, ou do que seria relevante representar nas imagens dos livros didáticos, justamente por não compreenderem a função social e política desta ferramenta ideológica. Ou seja, o grupo de profissionais selecionados para a produção dos livros não têm saberes pedagógicos, sobretudo quando um dos desafios da educação na contemporaneidade é uma educação étnico-racial.

Desta forma, os livros didáticos de história podem agir como ferramentas de desvalorização da cultura negra, levando o aluno ao distanciamento físico e cultural da escola, também como instrumento de não identificação dos educandos com a sua história. A construção de uma identidade étnica pode ser comprometida, pois ao não se enxergarem, ou quando isso ocorre, de se verem representados de forma negativa, os discentes podem desenvolver uma auto-negação.

Por isso é necessário uma reavaliação das políticas de produção dos livros didáticos de história. Estes deveriam ser produzidos pelos docentes que vão utilizá-los, para que aspectos relevantes das suas realidades não sejam negligenciados. Os livros deveriam contemplar as necessidades dos educandos, e não do mercado. Por exemplo, só no ano de 2009, duas editoras monopolizaram um montante de 140 milhões de reais destinados pelo Ministério da Educação - MEC à compra de livros.

O MEC, órgão responsável pela compra dos livros, tem ao seu dispor uma junta para a avaliação dos livros que serão comprados. Os livros são selecionados

e publicados no Guia Nacional do Livro Didático e enviados aos colégios públicos para que os mesmos façam a escolha do material didático que receberão do governo. Nos guias estão os dispositivos que deveriam impedir a reprodução de textos e imagens que corroborem com a discriminação de qualquer tipo, mas segundo pesquisas de investigação dos livros didáticos, imagens e textos são editadas nas páginas dos mesmos, reproduzindo o racismo.

Portanto, ao reconhecer a importância social e política do livro didático, enquanto instrumento ideológico que proporcione aos educandos um fortalecimento da sua identidade étnico-racial, este material deve ser produzido com o objetivo de conduzir os discentes a um passado histórico que os remeta à ressignificação positiva da imagem do ser negro.

---

**Resumo:** O artigo visa discutir a função social e política do livro didático de História como ferramenta pedagógica na construção da identidade étnico-racial e no fortalecimento da auto-estima do discente. Propomos que o livro didático de história apresente uma narrativa da resistência negra, a partir da ótica do escravizado. Com tal objetivo utilizarei como referencial: Carlos Libano Soares, Flávio Gomes, João Reis, Sidney Chalhoub e Ubiratan Castro, que privilegiam as vias e percursos dos sujeitos – individual ou coletivamente – para alcançar sua liberdade. Artigos da revista Afro-Ásia e livros como: Cidades Negras possibilitarão a apresentação dos percursos dos escravizados no processo de ressignificação do cativo e da liberdade, para que possam agir como referencial positivo na identificação do indivíduo com a escola. As reflexões na seara da antropologia social vão com base em Clifford Geertz, Richard Price e Sidney Mintz, pois revelam conceitos relevantes para a compreensão da cultura de resistência negra, que se manifestava enquanto movimento social, durante a escravidão. Em educação as principais referências são: A Discriminação do Negro no Livro Didático e Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático, suportes teóricos da pesquisa sobre a Resistência Negra nos Livros Didáticos de História.

**Palavras-Chave:** Resistência Negra; Narrativa Histórica; Livro Didático de História

**Abstract:** The article discusses the social and political function of the textbook as a pedagogical tool in the construction of ethnic-racial identity and strengthening self-esteem of students. We propose that the history textbook presents a narrative of black resistance, from the perspective of the enslaved. With this objective will use as reference: Carlos Libano Soares, Flávio Gomes, João Reis, Sidney Chalhoub and Ubiratan Castro, who favor the roads and trails of subjects - individually or collectively - to achieve their freedom. Articles in the journal Afro-Asian and books like Black Towns allow the presentation of the pathways of the enslaved in the process of redefinition of captivity and freedom, so that they can act as a reference positive identification with school. Reflections on the likes of social anthropology will be based on Clifford Geertz, Sidney Mintz and Richard Price,

for showing concepts relevant to understanding the culture of black resistance, manifested as a social movement during slavery. A Discriminação do Negro no Livro Didático e Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático.

**Keywords:** Black Resistance, Historical Narrative, History Textbook.

## Referências

- BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. SP: Contexto, 1998.
- CASTRO, Ubiratan. Sete Histórias de Negro. EDUFBA, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis: historiador. Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. Visões da Liberdade: um história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro. LTC, 2008.
- GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro, século XIX. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- JAMES, C.L.R. Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2007.
- MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica. RJ, Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003.
- REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.
- \_\_\_\_\_. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo. Companhia da Letras, 2003.
- SILVA, Ana Célia. A discriminação do negro no livro didático. EDUFBA, 2004.
- \_\_\_\_\_. Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático. EDUFBA, 2004.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava e outras práticas rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas SP; Editora da UNICAMP, 2004.
- SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. Afro-Ásia, n°17 (1996).

Recebido em 22/11/2011

Aprovado em 06/03/2012